**A LIBERDADE, IGUALDADE E AUTONOMIA: A DISTÂNCIA ENTRE
A EFETIVIDADE E A EFICÁCIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO NA
TUTELA DAS MINORIAS.**

**FREEDOM, EQUALITY AND AUTONOMY: THE DISTANCE
BETWEEN THE EFFECTIVENESS AND EFFICIENCY OF THE
LEGAL SYSTEM IN THE PROTECTION OF MINORITIES.**

Kerton Nascimento e Costa

Servidor Público Estadual e Mestrando-bolsista pela CAPES em Direitos Coletivos e
Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto.

Letícia Martins de Oliveira

Advogada, Mestranda-bolsista pela CAPES em Direitos Coletivos e Cidadania pela
Universidade de Ribeirão Preto e Especialista em Direito Penal pela Unisul e Direito Civil e
seus Instrumentos de Tutela pela Uniderp.

RESUMO

Desde a antiguidade, a exclusão e aniquilação de grupos minoritários é prática comum. Tal forma de dominação foi utilizada na América latina, motivo pelo qual tratamos do assunto, com o enfoque nos nativos, denominados índios. O esquecimento dos povos indígenas é uma ferida que esta exposta há séculos. Em que pese à exposição e a situação deplorável de abandono em que se encontram, o Estado, e também a sociedade, parecem optar por não atuar, adotando uma postura de indiferença. A filosofia que habita no ordenamento jurídico, em especial a Kantiana, sem deixar de mencionar Descartes, e os contemporâneos Dussel e Zizek, acompanhado do reconhecimento de um *ethos* cultural Latino Americano, e o consequente abandono à crença de que a boa cultura vem da Europa, pode fomentar a ideia de valorização da nossa cultura nativa, propiciando a gradativa inclusão e reconhecimento dos direitos das minorias esquecidas pela sociedade.

EXPRESSÕES-CHAVE: Direitos Humanos; Igualdade; Minorias.

ABSTRACT

Since antiquity, exclusion and annihilation of minority groups is common practice. Such domination was used in Latin America, which is why we treat the subject with the focus on natives called Indians. The neglect of indigenous peoples is a wound that is exposed for centuries. Despite the exposure and the deplorable state of neglect in which they are, the State, and also society, seem to choose not to act, adopting an attitude of indifference. The philosophy that dwells in the legal system, especially Kantian, not to mention Descartes and contemporary Zizek and Dussel, accompanied by the recognition of a Latin American cultural ethos, and the consequent abandonment of the belief that good culture comes from Europe, can foster the idea of valuing our native culture, providing the gradual inclusion and recognition of the rights of minorities forgotten by society.

KEYWORDS: Human Rights; Equality; Minorities.

1 INTRODUÇÃO

A tutela dos direitos humanos avançou sensivelmente. Fatos históricos demonstram esse avanço, começando em 1215 na Inglaterra, com a Magna Carta, sendo que este documento limitou os poderes do Rei João Sem Terra, sendo um dos primeiros freios ao absolutismo. Em 1776, a Declaração de Independência dos Estados Unidos traz em seu texto, como direitos inerentes a pessoa humana, a liberdade, a igualdade e a busca pela felicidade. Em 1789 a Revolução Francesa, com seus ideais de liberdade, fraternidade e igualdade, foi um divisor de águas entre o absolutismo e o governo das leis, que surgiu como um baluarte contra a tirania, rompendo com o pensamento absolutista, personificado pelo Rei Luiz XIV da França, que declarou em sua célebre frase: “O Estado sou eu”.

Esses acontecimentos foram de suma importância para a humanidade e para a evolução dos direitos humanos, porém, somente em 1948, quando as Nações, reunidas em assembleia na ONU, proclamaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é que o desejo de impedir as atrocidades cometidas contra a humanidade, em especial as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra, tomou corpo.

Declaração que inaugurou um novo patamar legislativo, pois os ordenamentos jurídicos se voltaram para a pessoa humana e não somente para a organização do Estado. A influência de Kant é percebida no primeiro artigo da declaração, que diz: “Todos os homens nascem livres e iguais em direitos e dignidade”.

Acompanhando essa onda evolutiva, a Constituição Federal Brasileira, de 05 de outubro de 1988, dedicou o artigo 5º e seus incisos aos direitos e garantias fundamentais, afirmando como o verdadeiro núcleo da carta brasileira o princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Dignidade que segundo Kant, reveste todos os seres humanos, pois estes são únicos e insubstituíveis, não sendo possível atribuir a pessoa humana um preço.

No tocante aos Direitos Humanos e sua interpretação cada vez mais ampliativa, proporcionando, em grau e qualidade muito superiores, o respeito à pessoa humana, ainda há uma grande jornada quando se fala em minorias. Evidencia-se que a problemática envolvendo àqueles cujas vozes não são ouvidas, os esquecidos e os penalizados, mostram-se mais complexa e distante de uma solução aceitável.

O que seria o aceitável no Brasil quando se fala sobre os índios, ou na melhor expressão de sua real importância, os povos nativos? Somos capazes de reconhecer além do direito de possuir um pedaço de terra, protegido e cercado como um santuário? Somos capazes de entender sua íntima relação com o solo em que pisam, com as árvores, plantas e raízes que os alimentam ou as águas que matam sua sede e lavam seus corpos? Estamos preparados para enxergar uma dura realidade de abandono e de influência psicológica destrutiva assolando e dizimando quem habitava esta terra muito antes de nossos antepassados pensarem em sua “descoberta”? É o que pretendemos, nestas breves linhas, expor, e auxiliar na busca por resposta as tão profundas indagações.

2 A ADAPTAÇÃO DA FILOSOFIA NA QUESTÃO DA INVISIBILIDADE E ABANDONO DAS MINORIAS.

Um dos principais papéis do Estado é o de zelar pelo cumprimento dos direitos humanos. Nosso Estado não é mais apenas um Estado Liberal, reduzido a um mero espectador. Este modelo ruiu em razão das falhas que apresentou em sua ideologia.

Contudo, falar em liberdades e garantias dos povos nativos é o mesmo que falar em esmolas e benevolências.

Não existe liberdade sem igualdade, pois, são direitos interdependentes. Mas, segundo Kant, existe outro requisito para que a pessoa seja considerada livre, a autonomia, que se traduz em um mínimo de oportunidade ou alternativas, propiciadas pelo Estado, para que a pessoa humana, de maneira racional, possa guiar ou mudar os rumos de sua vida, ou, como no caso dos povos nativos, o de manter a sua cultura e modo de agir em sociedade.

Adaptar o pensamento de Kant às minorias, em especial aos povos nativos, é algo, no mínimo, estimulante. Permitir que o pensamento filosófico promova uma mudança tão radical no seio da sociedade é um verdadeiro combate entre um Golias, representado pela sociedade acostumada a visão ocidental dos direitos humanos, e um Davi, que se materializa em grupos esquecidos e açoiados socialmente, perseguidos pelas instituições que deveriam proteger não só o Estado, mas também, e principalmente, proteger os cidadãos do arbítrio Estatal.

O presente trabalho visa pesquisar o que pode ser adaptado da filosofia Kantiana, e de outros expoentes, como Descartes, e os contemporâneos Enrique Dussel e Slavoj Zizek, ao cotidiano das minorias, e neste ponto, faz-se necessário um recorte para a situação dos povos nativos, a fim de que os resultados sejam mais breves e impactantes.

Se há o reconhecimento da pessoa humana como o centro do arcabouço jurídico, não faz sentido que algumas pessoas sejam abrangidas e outras não. O governo deve temer o seu povo, e não dar continuidade a uma política segregaria e desumana de esquecimento.

Fazendo uso do método dedutivo e através de análises bibliográficas, verificamos que a influência do pensamento filosófico, em especial o Kantiano, alcançou a Constituição Federal do Brasil, e por consequência todo o Ordenamento Jurídico, influenciando grandemente as decisões dos magistrados, em um claro sinal de uma flexibilização da jurisdição. Resta descobrir se tal flexibilização e alcance de uma jurisdição que ainda está presa as amarras de um positivismo paralisante, atingem as minorias.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira provisória, compactuamos com a ideia de que a sociedade só prospera se o ordenamento jurídico supera a positivação, atingindo a esfera da eficácia. Para tal, uma ampliação no alcance da tutela jurisdicional, com uma visão imparcial e uma política de inclusão, urge em ser implementada e estimulada. As minorias, entendidas como grupos com poucas armas na defesa de seus direitos, dependendo de constante ajuda, que soa como favor, aparecem como a pedra de toque para o equilíbrio moral da sociedade. O que dizer de um Estado que esquece de seus cidadãos? Não acreditamos que tal esquecimento seja irremediável, e não temos a ilusão de que a tarefa proposta, ou seja, aplicar a filosofia no combate ao abandono e esquecimento das minorias, seja tarefa fácil, porém, esperar que somente o Estado se envolva e tome providências, configura uma das piores formas de

omissão e acomodação. A busca por um ideal de cidadania que supere o exercício dos direitos políticos, que ultrapasse o conceito de cidadania tutelada e que nos eleve a uma fruição plena na vida social e política, é uma meta que deve ser perseguida. O Estado somos nós, portanto, a ideologia de Luis XIV está superada. Uma revolução sem sangue, dor e luta, não existe e nem faz sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Luis Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da constituição brasileira**. 9 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 25 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DA SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 33 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2009.

DUSSEL, Enrique. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. Edições Paulinas, São Paulo, 1997.

_____. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão**. 4 ed. São Paulo: Editora Vozes, 2012.

HABERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional: A sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes – Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

KANT, Emmanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Lourival de Queiroz Henkel. São Paulo: Ediouro.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o direito fundamental internacional**. 11 ed. Ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 8 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

ZIZEK, Slavoj. **Em defesa das Causas Perdidas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.